



Declaração de privacidade

Referência do doc.	GDPR-DOC-01-2
Versão:	1.1
Criada em:	23-05-2018
Autor do documento:	António Rainho
Organização/entidade:	CPMA

Histórico de revisões

Versão	Data	Autor da revisão	Sumário das alterações
1.1	24-05-2018	AR	Substituição do ponto “Origem dos dados pessoais” por “Dados pessoais necessários”, pois trata-se da informação relativa a dados pessoais recolhidos junto do titular de dados, mesmo que remotamente.
1.1-rev1	24-05-2018	AR	Correção do nome do CNPMA
1.1-rev2	24-05-2018	AR	Clarificação do texto no ponto “Dados pessoais necessários”

Distribuição

Nome	Cargo/função

Aprovação

Nome	Posição	Rubrica	Data

Declaração de Privacidade

Última atualização: 24 de Maio de 2018

No Centro de Procriação Medicamente Assistida, sempre levámos a sério a proteção dos dados que recolhemos, tendo políticas estritas de acesso, conservação, partilha e proteção dos mesmos.

O RGPD-Regulamento Geral De Proteção de Dados, aplicável desde 25 de Maio de 2018, determina que prestemos um conjunto de informações relativas aos dados pessoais.

Antes disso, e sem dispensar a consulta detalhada das definições presentes no RGPD, gostaríamos de lhe comunicar sinteticamente alguns dos conceitos do mesmo.

O que são dados pessoais?

Dados Pessoais são qualquer informação, de qualquer natureza, independentemente do suporte (por ex. som ou imagem), relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável.

É considerada identificável a pessoa que possa ser identificada direta ou indiretamente por referência a um nome, um n.º de identificação, um dado de localização, um identificador eletrónico ou outros elementos da identidade física, de saúde ou outros que permitam chegar à identificação dessa pessoa singular.

Quem é o titular de dados pessoais?

O titular de dados pessoais é a pessoa singular a quem os dados dizem respeito. Essa pessoa pode ser, por exemplo, o adquirente de um dado serviço ou produto, ou o utilizador desse produto ou serviço, mesmo que não seja o seu adquirente.

O que é o tratamento de dados pessoais?

O tratamento de dados pessoais consiste numa operação ou conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais, através de meios automatizados ou não (pode ser um arquivo em papel), tais como, por exemplo, a recolha, o registo, a conservação, a consulta ou o apagamento.

Responsável de tratamento

É a entidade que determina as finalidades e os meios de tratamento de dados pessoais.

INFORMAÇÕES AO TITULAR DOS DADOS PESSOAIS

Responsável do tratamento

Centro de Procriação Medicamente Assistida

Contactos:

Rua D. Manuel II, 51-B
4050-345 PORTO

Tel: 22 606 2160 / 912 535 277

Fax: 22 605 4900

E-Mail: geral@ceie.pt

Finalidades do tratamento e fundamento jurídico

Os dados pessoais sujeitos a tratamento têm em vista as finalidades e baseiam-se no fundamento jurídico a seguir discriminados.

Todos os dados recolhidos são selecionados segundo o princípio da minimização, isto é, apenas são recolhidos os dados necessários a cada finalidade determinada.

- **Marcações e registo inicial do paciente.**

Fundamento: interesse legítimo para a prestação da atividade de consulta, tratamentos ou exames pretendidos pelo titular dos dados e contactos para marcação, desmarcação ou confirmação.

- **Emissão de documentos de faturação e cobrança.**

Fundamento: obrigação jurídica perante a Autoridade Tributária.

- **Identificação inequívoca do paciente.**

Fundamento: interesse legítimo para a prestação de cuidados de saúde através da garantia de identificação do destinatário desses cuidados.

- **Emissão de receitas eletrónicas.**

Fundamento: obrigação jurídica.

- **Prestação de cuidados de saúde.**

Fundamento: interesse legítimo fundado na necessidade da prestação desses cuidados e derrogação da proibição de tratamento de categorias especiais de dados pessoais na base para efeitos de diagnóstico médico e prestação de cuidados ou tratamentos de saúde por força de um contrato com um profissional de saúde sujeito à obrigação de sigilo profissional.

Este tratamento poderá também ser necessário à declaração, ao exercício ou à defesa de um direito num processo judicial ou sempre que os tribunais atuem no exercício da sua função jurisdicional.

Destinatários ou categorias de destinatários

Autoridade Tributária - Dados de faturação.

Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida - dados relativos às atividades sob o seu âmbito.

Serviços Partilhados do Ministério da Saúde - dados de receitas eletrónicas.

Prazos de conservação dos dados pessoais

- **Dados de faturação** - 12 anos após a emissão de cada documento
- **Dados biográficos e de saúde**
 - Associados a processos de procriação medicamente assistida – 30 anos após o final da sua utilização clínica
 - Relativos a outras atividades de cuidados ou tratamentos de saúde – 5 anos após o final da sua utilização clínica, ou mais longo se a legislação assim o determinar para cada caso.

Direitos do titular dos dados pessoais junto do responsável do tratamento

Nos termos da lei, o titular dos dados pessoais tem o direito de solicitar ao responsável de tratamento o acesso aos dados pessoais que lhe digam respeito, e a retificação ou o apagamento, ou a limitação do tratamento no que lhe disser respeito, e o direito de se opor ao tratamento, bem como o direito à portabilidade dos dados.

Direito de reclamação

O titular dos dados tem o direito de apresentar reclamação junto da Autoridade de Controlo Nacional (a definir por lei da Assembleia da República, de acordo com o artigo 3º da proposta de lei 120/XIII em discussão na AR, será a CNPD-Comissão Nacional de Proteção de Dados).

Dados pessoais necessários

Os dados pessoais pedidos são indispensáveis para a prestação dos cuidados de saúde e obrigações legais conexas junto da AT e Autoridades de Saúde, pelo que o seu não fornecimento impede a efetivação do serviço.

Decisões automatizadas e definições de perfis

Não existem.

Qualquer esclarecimento ou informação adicional sobre este assunto poderá ser obtido através dos contactos do responsável de tratamento acima indicados.